

Desafios da sociedade da informação

Maria Lucia Maciel*

Resumo Os principais desafios à compreensão e à ação social e política apresentados pela chamada “sociedade da informação” dizem respeito a novas instabilidades e incertezas. Essas instabilidades criam, por um lado, insegurança ocupacional, econômica, financeira, política e social. Por outro, elas também abrem novas “brechas” ou “informalidades institucionais” que permitem entrever possíveis caminhos de mudança social. Os desafios colocados aos que estudam esse campo são, fundamentalmente, metodológicos. E não são triviais. Estaríamos instados a pensar uma nova relação estado/sociedade? Deveríamos considerar como se articulam estado e mercado, diante de um espaço novo que se cria entre o usuário e a tecnologia? Quem são os novos atores sociais?

Palavras-chave sociedade da informação, sociedade do conhecimento, desenvolvimento, relação usuário/tecnologia

Challenges of the information society

Abstract The main challenges to our understanding of the so-called “information society” as well as to pertinent social and political action result from new instabilities and uncertainties. These instabilities create, on the one hand, insecurity in all fields: occupational, economic, financial, political and social. On the other, they also open up new fissures or “institutional informalities”, which allow us to see possible roads to social change. For those who study this field of information and knowledge, the challenges are fundamentally methodological. And they are not trivial. Are we being asked to imagine a new relation between the State and society? Should we consider a new articulation between the market and the State, facing a new space created between the technology and the user? Who are the new social actors?

Keywords information society, knowledge society, development, user/technology relation

Introdução

O tema da chamada “sociedade da informação” apresenta enormes desafios em pelo menos dois aspectos cruciais: um diz respeito à necessidade premente de rever – talvez subverter – idéias, teorias e metodologias já sedimentadas, enfrentando interdisciplinarmente uma ampla diversidade de questões e problemáticas com múltiplas perspectivas articuladas entre si; outro é

*Doutora em Sociologia, Professora do IFCS/UF RJ, co-coordenadora do *Liinc*. E-mail: mlmaciel@centroin.com.br

o da imprescindível construção de estratégias sociais e políticas visando à (re?)tomada dos caminhos do desenvolvimento social e econômico.

No caso da América Latina, esses desafios tornam-se particularmente contundentes ao se perceberem as dimensões dos limites e possibilidades de desenvolvimento no continente.

Alguns autores vêm tentando enfrentá-los de forma criativa. Tivemos uma boa amostra disso durante o Seminário Internacional “Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento?”¹ Entre os que destacaremos aqui, há diversidade de perspectivas e de planos de análise mas, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, há mais semelhanças do que diferenças.

Um dos aspectos mais interessantes discutidos por esses tres autores em planos diversos foi a constatação e a análise de novas instabilidades e incertezas geradas na “era da informação” (Sasken e Quevedo). Essas instabilidades criam, por um lado, insegurança ocupacional, econômica, financeira, política e social. Por outro, elas também abrem novas “brechas”, muito bem exploradas por Galperin e por Quevedo, ou “informalidades institucionais” (Sasken) que permitem entrever possíveis caminhos de mudança social.

O argumento, que tem raízes clássicas nas teorias que postulam a mudança como sendo gerada e movida a partir das próprias contradições inerentes a cada momento histórico, é produtiva em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, ele nos instiga a novas problematizações e perspectivas sobre o nosso tempo que desvendam atores, relações e tensões em muitos casos insuspeitados. As análises apresentadas demonstram mais uma vez a hipótese de que as abordagens mais inovadoras podem surgir da inspiração nos autores mais clássicos das ciências sociais (MACIEL, 2001).

Em segundo lugar, as “brechas” ou “informalidades institucionais” sugerem os caminhos que pode tomar a ação social e política. Descortinam-se assim iniciativas sociais inéditas de coletividades em todos os níveis (internacional, nacional, local) e indicam-se possibilidades diversas de estratégias e políticas.

Instabilidades e incertezas

Não é nova a constatação de que vivemos na “era da incerteza”. O que chamou atenção nos trabalhos apresentados foram as formas inovadoras de examinar a inovação. É preciso reconhecer que grande parte das análises contemporâneas sobre as transformações sociais em curso não consegue captar a complexidade das contradições próprias à atual revolução científica e tecnológica. Portanto, as instabilidades e incertezas dizem respeito não apenas às formas de enfrentar os desafios – social e politicamente – mas também às maneiras pelas quais tentamos entendê-los.

Abrindo os trabalhos, a conferência de Saskia Sassen deu o tom dos debates: o questionamento de conceitos, noções e abordagens já “consagradas”, tanto na literatura especializada quanto na

¹ Promovido pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento - Liinc, com apoio de Ibict, CNPq, Finep, Faperj, UFRJ e Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, e realizado em 30/08-01/09 de 2006. Comentam-se neste artigo a conferência de abertura da Profa. Saskia Sassen (London School of Economics e Chicago University) e as palestras de Luis Alberto Quevedo (Universidad de Buenos Aires e Flacso-Argentina) e de Hernan Galperin (University of Southern California).

imprensa, a respeito do que se costuma chamar *sociedade da informação*. Ela destaca que a interatividade que se produz com essas tecnologias exige o estudo da imbricação entre o digital e o não-digital – o que implica que o tecnológico não existe como condição pura e que o não-digital não escapa a uma resignificação que as novas tecnologias dão ao que não é digital. O desafio aqui está em explorar e mapear o espaço (que não é apenas uma linha divisória) entre a tecnologia e o usuário.

Nas análises predominantes na literatura especializada, este espaço se perdeu como espaço. O que há é uma cultura de uso *techie*, tecnológica, em que se estabeleceu que a questão a ser tratada é a da competência técnica e do acesso a ela (*digital divide* ou ‘inclusão digital’). O discurso dominante naturaliza a cultura *techie* como a cultura de uso. E daí se perde a noção de que há muitas outras culturas.

Por isso, ela critica as visões das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) como sendo instrumentos de “democratização” ou “distribuição”. Argumenta que há, no caso por exemplo do mundo financeiro, uma extraordinária acumulação/concentração de poder, ao contrário do que ocorre no mundo da sociedade civil em que o objetivo é exatamente o oposto. As capacidades técnicas são distorcidas por uma lógica social, e é a lógica do usuário financeiro que maximiza a descentralização para maximizar uma imensa concentração de capital.

Em registro semelhante, Quevedo convida a considerar a desestabilização de relações e hábitos sociais provocada pelas TIC como forma de gerar (novas?) desigualdades econômicas e sociais. Ele destaca que as novas tecnologias transformam a maneira de se fazerem coisas, mas não modificam as relações de origem de uma sociedade planetariamente desigual e competitiva. E ressalta que, na verdade, estas são questões da modernidade – dos séculos XVIII e XIX – que agora se aplicam a novos campos e que nos obrigam a repensar alguns conceitos com os quais nos movemos.

É nesse sentido que Quevedo traça um panorama geral de conceitos e questões que são tanto fundacionais quanto atuais, com o objetivo de estimular uma reflexão original sobre a contemporaneidade. Salienta ainda a necessidade de uma reflexão mais crítica e aprofundada dos indicadores que usualmente são utilizados com o objetivo de fornecer um panorama qualitativo das modificações trazidas com o desenvolvimento das TIC.

Como Sasken, Quevedo critica visões dominantes e clama por análises mais qualitativas que dêem conta das práticas, do que as pessoas fazem com essa tecnologia ou, como disse Hernan Galperin, das estratégias daqueles que trabalham na brecha das leis. Ou simplesmente “daqueles que fazem coisas com as tecnologias apesar dos marcos regulatórios”. Nesse sentido, há um consenso de que “os tempos da lei são muito lentos para a tecnologia”, o que constitui mais um desafio.

Para Quevedo, outro tema que nos desafia é o da alfabetização (ou inclusão) digital – extremamente complexo porque nossa escola é do século XIX, panóptica, clássica, em que a posição central é a do professor, baseada no livro. Numa transição para uma escola que não seja essencialmente Guttemberguiana, mas atravessada pela cultura digital, seria preciso romper formatos e arquiteturas do trajeto do conhecimento.

Oportunidades sociais e estratégias políticas: teorias e práticas

Se considerarmos atentamente as questões colocadas, veremos que os desafios colocados aos que estudam esse campo são, fundamentalmente, metodológicos. E não são triviais. Estaríamos instados a pensar uma nova relação estado/sociedade? Deveríamos considerar como se articulam estado e mercado, diante de um espaço novo que se cria entre o usuário e a tecnologia?

Os desafios postos pela discussão encontram em Sasken algumas pistas para uma resposta – pelo menos em termos metodológicos.

Sua primeira sugestão é a de “abrir o espaço” entre a tecnologia e o usuário, para poder examiná-lo. Ao insistir em que não se trata de uma linha de separação e sim de uma região que constitui um *analitic borderland*, ou seja, um espaço de fronteira analítico, ela procura criar uma categoria de análise apropriada ao objeto de estudo. Neste espaço podem-se descobrir as diferentes “culturas de uso” – outra categoria analítica – que revelam as mais variadas relações entre a máquina e o usuário. Diz ela: “Para mim um projeto intelectual, que também é um projeto político, é a noção de que temos que entender esse espaço que agora está como invisível, esse espaço que está entre a tecnologia e o usuário, o ator.”

A autora considera que essa perspectiva é importante para desestabilizar uma tese que domina a interpretação das TIC, qual seja a noção de que as tecnologias em rede, interativas, produzem resultados democratizantes por sua capacidade distributiva.

Outra questão considerada importante, em níveis teórico, empírico e político, a respeito das TIC é a sua multivalência. Não se pode ignorar a existência de múltiplas culturas, de usos plurais das tecnologias, e da multiplicação constante de novas relações e articulações entre os diversos atores e as tecnologias (que também se multiplicam constantemente).

De forma semelhante, Quevedo chama a atenção para a importância de se atentar para os diferentes modos de apropriação dessas tecnologias, inclusive e particularmente diferenças geracionais, bem como a maneira específica de apropriação (quase sempre monopolista) pelo mercado.

O que chama atenção nas tentativas de propostas para o enfrentamento dos desafios é a quase impossibilidade de distinguir o plano dos estudos e análises do plano das ações estratégicas – sociais e/ou políticas. Será esta mais uma característica do nosso tempo? Os autores estão preocupados ao mesmo tempo com os enfrentamentos teórico-metodológicos e com as possibilidades políticas de mudança.

A discussão entre os autores apontou iniciativas sociais locais de inserção em redes globais, indicando a complexidade da relação entre capacidades diversas de absorção de novas tecnologias e mobilização da sociedade civil (H. Galperín) e esmiuçou os deslocamentos de poder do saber – por exemplo, das escolas e universidades para as organizações privadas hegemônicas na Internet – definindo os intrincados componentes de novas relações entre Estado e mercado (L.A. Quevedo).

Constata-se uma necessidade de “botar a mão na massa”. Se Sasken, por um lado, destaca o poder aparentemente ilimitado das grandes organizações multinacionais, por outro ela argumenta pela possibilidade de construção (*making of*) de uma nova realidade. Insistindo na noção de fazer, que não é consumir e nem mesmo descobrir – mas de fazer no sentido de construir. É o fazer – diz a autora – que não é só de novas tecnologias ou infra-estrutura, mas o fazer político, o fazer de novos direitos...

Hernan Galperin apresentou uma série de estudos de caso em que soluções criativas para o problema da conectividade surgiram de arranjos diversos no seio da sociedade civil em vários

países da América Latina, em alguns (poucos) casos em associação com governos locais. Os estudos realizados por Gálperin e Bar² partiram da constatação de que os subsídios públicos concedidos às operadoras tradicionais para cobrir a diferença entre as tarifas cobradas e seu custeio não têm sido suficientes para sanar o déficit permanente de redes e serviços de TIC que não estão chegando aos mais carentes, principalmente os que residem em áreas rurais. A partir dessa constatação, eles analisam o possível papel de um grupo geralmente ignorado de atores: microempresas de telecomunicações (que eles chamam de “microtelcos”) – operadoras de telecomunicações de pequeno porte que reúnem empresariado local, modelos inovadores de negócios e tecnologias de baixo custo, oferecendo serviços de TIC em regiões de pouco interesse para as operadoras tradicionais. Esses mecanismos locais de cooperação funcionam *apesar* do poder público: eles concluem sugerindo formas de superar os entraves reguladores de maneira que as microtelcos possam servir de meios para superar a persistente lacuna no que diz respeito ao acesso.

Nos casos relatados por Hernan Gálperin, temos a oportunidade de observar soluções e iniciativas criativas, por parte da sociedade civil, para o problema do acesso a e da distribuição da informação. Mas ao ver a sociedade substituindo-se ao Estado para resolver problemas e satisfazer demandas, facilitando até mesmo as condições para a implantação de um governo eletrônico, ficam no ar questões incontornáveis: até onde vai a responsabilidade social do Estado? Qual o significado político, no longo prazo, do fato de associações de cidadãos e/ou micro-empresas substituírem o Estado no desempenho de funções sociais?

Finalizando...

Quevedo se diz pessimista (ou, pelo menos, cético) em relação às estratégias de ação da sociedade civil nos interstícios da regulamentação do Estado e das leis (referindo-se àqueles que estão agindo nas “brechas”), argumentando que, se não desenvolvermos políticas apropriadas, o que ocorre é que o mercado acaba por colonizar a ação pública. Diz ele que “os tempos da lei são muito lentos para a tecnologia” e conclui ressaltando a importância de se desenvolverem políticas públicas que considerem e se orientem para lidar com as especificidades sociais locais, culturais e econômicas ou com o que Sassen chamou de “culturas de uso”.

Há consenso entre os autores quanto às chamadas políticas de inclusão digital. As pesquisas e análises mais atentas têm demonstrado que essas políticas não resolvem o problema das desigualdades sociais geradas e/ou reforçadas na era digital. Como indicou Sassen, estabelecer que a tecnologia ajudará o desenvolvimento porque se proporciona o acesso a ela, a conectividade, e se ensinam as pessoas a utilizarem as TIC não é suficiente, é uma espécie de “brutalismo tecnológico”. Este resulta das ações que ignoram as especificidades acima mencionadas. Além disso, diz a autora, esse tipo de política demonstra também uma noção de determinismo tecnológico. Para entender como as tecnologias podem ajudar, temos que entender os tipos de conhecimento e práticas coletivas que já existem nos diversos lugares.

Não se pode prever o que o futuro nos reserva. Mas é possível imaginar um leque de possibilidades, conforme diz Sassen, “das muito ruins às muito boas”, em termos de um projeto mundial para encarar a questão do desenvolvimento e do bem-estar social através da lente das novas tecnologias. Mas, para isso, há muito trabalho de pesquisa ainda a ser feito.

²O relato da pesquisa realizada por Hernan Galperin e François Bar encontra-se em um capítulo do livro MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. (no prelo).

É importante levar a sério a idéia – e os resultados de estudos e pesquisas – que indicam os poderes negativos que estão sendo produzidos, mas temos que igualmente levar a sério os potenciais positivos que também são gerados nessas instabilidades e incertezas.

Mas, como diz Saskia Sassen, não podemos ser consumidores, temos que fazer.

Referências

GALPERIN, H. *Microtelcos na América Latina*. Rio de Janeiro: 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict)

GALPERIN, H.; BAR, F. A oportunidade oferecida pelas microempresas de telecomunicações: exemplos da América Latina. In MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. (org.) *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Ibict (no prelo).

MACIEL, M.L. Hélices, Sistemas, Ambientes e Modelos: Os desafios teóricos à Sociologia de C&T. *Sociologias* n. 6, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

QUEVEDO, L.A. *Conocer y Participar en la Sociedad del Conocimiento*. Rio de Janeiro: 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict)

SASKEN, S. *Constructing the digitized object of study*. Rio de Janeiro:, 2006. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento? organizado pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento – Liinc (UFRJ-Ibict)